

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNTB** e **CUT**

CER decide

Primeira assembleia será em 8 de março na Avenida Paulista

Aprovado calendário e campanhas da APEOESP

Eixos centrais são as lutas contra a reforma da previdência e pela reposição das perdas salariais rumo ao cumprimento da Meta 17 do PNE e do PEE

Reunido no sábado, 3/2, o Conselho Estadual de Representantes (CER) realizou um amplo debate sobre a situação atual do país e do estado de São Paulo, com particular atenção às questões que afetam diretamente a classe trabalhadora, a nossa categoria e a educação pública.

Frente a isso, o CER definiu o calendário da APEOESP para o próximo período, cujas datas principais são:

- **Dia 7/2** – 18 horas - Assembleia popular contra a reforma da Previdência – Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – Rua João Basso, 231 - São Bernardo do Campo.
- **Dia 16/2** – 10 horas – Debate: A PEC do teto e o desmonte da educação e da saúde – organização APEOESP e SindSaúde – Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – Rua João Basso, 231 – São Bernardo do Campo.
- **Dia 19/2** – Dia de Greves e Paralisações contra a reforma da Previdência – as subsedes devem realizar atividades regionais e participar com caravanas do ato público que ocorrerá às 16 horas na Avenida Paulista.
- **Dia 2/3** – Reuniões de Representantes de Escolas e Representantes de Aposentados (RE-RA). Solicitada dispensa de ponto.
- **Dia 8/3** – 15 horas - Assembleia Estadual – Avenida Paulista – participação nas atividades do Dia Internacional da Mulher. Com paralisação!
- Encontro Estadual de Professores/as da Categoria O que ficaram sem aulas – data a definir
- Encontro Estadual de Professores/as Readaptados/as – data a definir

No período anterior à reunião, a APEOESP manteve contato com a Secretaria da Educação para tratar de assuntos emergenciais de interesse da categoria. A seguir, os encaminhamentos obtidos junto à SEE e as decisões do CER.

I. Contra a reforma da Previdência

A reforma da Previdência que governo golpista de Temer pretende aprovar é um ataque frontal à classe trabalhadora, que não podemos permitir.

Por isso, a luta contra a reforma da Previdência é um dos eixos centrais de nossas campanhas, até que essa ameaça seja definitivamente afastada.

Assim, além da participação nas atividades do dia 7/2 e 19/2, o CER definiu que as subsedes realizem atividades regionais e locais (panfletagens, atos, aulas públicas e outras) para ampliar o esclarecimento da nossa categoria e da população em geral sobre a reforma e para pressionar os deputados em suas regiões e nos aeroportos onde embarcam e desembarcam nos deslocamentos a Brasília.

II. Pelos 10,15% de reajuste salarial que conquistamos na justiça

A SEE confirmou informação de que o projeto de lei que reajusta os salários do magistério da ativa e aposentados já está na ALESP.

Nossa pressão e a vitória no judiciário, determinando um reajuste salarial de 10,15%, levou o governo a estabelecer este reajuste de 7%, que não nos satisfaz. O CER reafirmou a decisão de lutarmos na ALESP, no judiciário e por todos os meios ao nosso alcance pelos 10,15% que conquistamos na justiça.

Queremos a reposição integral de nossas perdas salariais recentes

(23,7%) rumo ao cumprimento da Meta 17 do Plano Nacional de Educação e do Plano Estadual de Educação.

Para tanto:

- Realizar caravana à ALESP quando da votação do projeto de lei salarial
- Cobrar a execução do pagamento dos 10,15% ganhos na justiça, sobre os 7% da lei salarial.
- Continuar realizando campanha pelo cumprimento da Meta 17 do PNE e PEE – equiparação salarial com demais profissionais com formação de nível superior
- Manter “operação caça Alckmin”, pressionando o governador aonde estiver pelo cumprimento da decisão judicial e demais reivindicações.

III. Concurso de PEB I

A Secretaria da Educação informou que realizará de imediato chamada para o polo de Ribeirão Preto, onde ainda há vagas do concurso de PEB I de 2013.

Informou ainda que solicitou ao Governador autorização para uma chamada para mais 2.200 cargos a serem criadas em diferentes polos. Será feita a chamada por polos num primeiro momento, mas a seguir será oferecida possibilidade dos aprovados se apresentarem em outros polos, respeitando a ordem de classificação local e geral.

O CER definiu que a APEOESP lutará por uma grande chamada, com a convocação de pelo menos 5 mil aprovados, com uma fase estadualizada, para que sejam ocupadas todas as vagas existentes em todas as regiões do Estado.

IV. Concurso de PEB II

Quanto ao concurso de PEB II, tendo em vista que a SEE não fez a chamada para os cargos remanescentes até o vencimento da prorrogação (31/1), a APEOESP ajuizou ação coletiva com pedido de liminar para uma imediata chamada e aguarda o despacho do juiz.

V. Atribuição de aulas centralizada nas diretorias de ensino ao longo do ano

A SEE assegurou que a atribuição ao longo do ano será centralizada nas DEs. Entretanto, tendo em vista o fato de que muitas diretorias realizam essa atribuição nas unidades escolares ou as realizam nas DEs, mas mantendo a escolha de aulas e classificação por escolas, a SEE comprometeu-se a organizar o processo, determinando a remessa dos saldos de aulas para as Diretorias de Ensino, que farão a atribuição ao longo do ano seguindo a ordem geral de classificação.

VI. Pelo fim da sopa de letrinhas – garantir a contratação justa e transparente dos professores temporários, conforme a estratégia 18.20 do PEE

A APEOESP continua trabalhando junto à SEE para que envie à Assembleia Legislativa projeto de lei para contratação de professores temporários, com equiparação de direitos com os professores efetivos, como determina a estratégia 18.20 do Plano Estadual de Educação.

Para tanto, de acordo com o que foi aprovado no Encontro Estadual de Professores da categoria O e referendado pela Diretoria e Conselho Estadual de Representantes, a APEOESP encaminhou à SEE minuta de projeto, que recupera os direitos que eram assegurados aos professores na Lei 500/74.

Encontro Estadual dos Professores da Categoria O que ficaram sem aulas

Durante o CER, houve diversos relatos de regiões onde professores da categoria O ficaram sem aulas. Um dos problemas relatados é que em algumas Diretorias de Ensino professores da categoria O não puderam ser contratados, embora existissem aulas disponíveis, devido ao esgotamento do número de contratos autorizados naquelas DEs. A SEE comprometeu-se a reorganizar a distribuição do saldo de autorizações para contratação de 25 mil PEB I e de 20 mil PEB II entre as Diretorias de Ensino.

Frente a essa situação, o CER decidiu que a APEOESP realizará um encontro desses professores e professoras para discutir a situação e definir ações para que lhes sejam atribuídas aulas. (Veja também o texto sobre desmembramento e reabertura de classes, neste boletim).

Pagamento de rescisão contratual

Quanto ao pagamento dos valores da rescisão dos contratos encerrados em dezembro de 2014, a SEE informou que já encaminhou a questão para a Secretaria da Fazenda, a quem cabe definir a data do pagamento. A APEOESP vai continuar insistindo para que isto ocorra o mais rapidamente possível.

VII. Pelo desmembramento das classes superlotadas, reabertura das classes fechadas, abertura de novas classes

A APEOESP levou ao conhecimento da Secretaria da Educação que, até o momento, em apenas 13 regiões do estado de São Paulo (incluindo a capital e a Grande São Paulo) foi constatado o fechamento de 1530 classes do ensino fundamental e do ensino médio.

Esses números foram informados ao CER. As subsedes da APEOESP ainda estão procedendo esse levantamento e as informações vem se ampliando, sobretudo na capital e Grande São Paulo.

Analisando a situação, considerando o impacto desses fechamentos sobre o processo de atribuição de aulas, o aumento do número de alunos por classe e o não atendimento à demanda escolar, o CER decidiu realizar uma campanha **pela reabertura de classes, contra a superlotação e pelo atendimento à demanda por matrículas na rede oficial de ensino, no ensino regular e na educação de jovens e adultos**. Assim, a APEOESP, além de medidas judiciais cabíveis, orienta as subsedes a realizar:

- Levantamento urgente de classes fechadas em todo o estado.
- Levantamento do número de estudantes por classe, destacando as classes superlotadas.
- Levantamento junto à comunidade da demanda por vagas nas escolas públicas, no ensino regular e EJA.
- Pressão sobre as DEs e SEE pelo desdobramento de classes superlotadas e reabertura de classes, junto com a comunidade e movimentos.
- Lutar pelo limite máximo de 25 estudantes por classe.

VIII. Professores poderão ter jornada integral em salas de leitura

Professores e professoras da categoria F com atuação nas salas de leitura poderão, se desejarem, optar pela atribuição de 32 aulas para esta atividade, recebendo por 40 horas semanais de trabalho.

A SEE atendeu o pleito do sindicato, em nome desses professores, e emitirá comunicado para todas as Diretorias de Ensino e escolas para que seja garantido o direito de todos os professores que assim o desejarem atuar nas salas de leitura.

IX. Em defesa dos professores readaptados

A APEOESP está em luta contra a política do Governo do Estado de cessar as readaptações de professores doentes, obrigando-os a retornar às salas de aula.

Estamos solicitando reiteradamente reunião da Presidenta da APEOESP com a Diretora do DPME. Além disso, estamos fazendo a defesa administrativa e jurídica dos professores e professoras que estão sendo prejudicados por essa política do Governo e ingressamos com ação coletiva para que a justiça determine que o Estado deixe de perseguir esses/as professores/as, respeite seus direitos e mantenha as readaptações de todos/as que delas necessitem.

O CER decidiu também que será realizado um Encontro Estadual de Professores/as Readaptados/as, em data a ser definida.

X. Contra a privatização da educação - CIS

O CER decidiu que a APEOESP desenvolverá uma Campanha contra a privatização da educação, tendo em vista que o Governo Alckmin quer financiar entidades privadas para realizarem “projetos” em 61 escolas estaduais, destinando a essas entidades R\$ 17,7 milhões por meio do CIS (Contrato de Impacto Social), enquanto deixa as demais unidades escolares desprovidas das condições básicas para um ensino de qualidade. Para isso, o CER definiu as seguintes iniciativas:

- Dia Estadual de Luta contra a privatização da escola pública (CIS) – data a definir
- Mobilização estadual quando o edital do CIS for publicado – as subseções devem informar imediatamente à sede central todas as escolas passíveis de aderir ao CIS.
- Ação judicial contra o CIS quando for publicado o edital.
- Cartaz, material explicativo e outros instrumentos.

XI. Campanha conta a renúncia fiscal de Alckmin

Foi decidido pelo CER o enfrentamento da política de renúncia fiscal do Governo Estadual, que já retirou dos serviços públicos pelo menos R\$ 174 bilhões desde o ano 2000 e que poderá, em 2018, retirar mais R\$ 16 bilhões, beneficiando grandes grupos empresariais. Assim, a APEOESP realizará:

- Campanha de denúncia e esclarecimento sobre a renúncia fiscal do governo Alckmin e seus impactos na educação e demais serviços públicos.
- Campanha pela reforma tributária, com taxação das grandes fortunas.
- Cartaz, pôster e outros materiais.

XII. Participar da Conferência Popular de Educação – CONAPE

Da mesma forma que participou ativamente nas Conferências Nacionais de Educação (Conab, CONAES I e II), a APEOESP participará da Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE), cuja etapa estadual se realizará nos dias 13 e 14 de abril, e cuja etapa nacional será realizada nos dias 26, 27 e 28 de abril. A APEOESP também participará de atividade preparatória à CONAPE, promovida pela CNTE, que deverá ocorrer no dia 17/2 no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Brevemente serão encaminhadas às subseções orientações específicas sobre a CONAPE.

XIII. Em defesa do IAMSPE

Na última semana o Ministério Público Estadual solicitou o afastamento do Superintendente do IAMSPE, Latif Abrahão Junior, de suas funções, para que sejam investigadas denúncias de favorecimentos e desvio de dinheiro público nos contratos de terceirizações de serviços no Instituto, envolvendo especialmente a empresa Qualicorp.

Há tempos a APEOESP vem denunciando a má gestão do IAMSPE, as deficiências no atendimento e outros problemas, decorrentes, inclusive, da não participação na administração da entidade de seus usuários que somos nós, servidores públicos, que sustentamos o IAMSPE com nossas contribuições mensais, correspondentes a 2% sobre a folha de pagamento. O CER decidiu os seguintes encaminhamentos:

Solicitar à Frente Parlamentar em Defesa do IAMSPE na ALESP audiência pública para a criação de CPI para investigar a gestão do IAMSPE (terceirizações e privatizações).

- Lutar pelo IAMSPE sob controle dos usuários.
- Contra o projeto de autarquia especial do governo Alckmin.
- Que o Estado destine sua cota-parte de 2% para o financiamento do IAMSPE.

XIV. Campanha contra a implementação da reforma do ensino médio em SP

- Garantir todas as disciplinas, para a formação integral dos estudantes.
- Contra a polivalência dos professores.
- Não à contratação por “notório saber”.
- Não à privatização.
- Por um ensino médio que atenda os interesses dos filhos e filhas da classe trabalhadora.
- Cartaz, material explicativo e outros instrumentos.

XV. Campanha pelo cumprimento integral do PEE

Campanha pelo cumprimento integral do Plano Estadual de Educação, particularmente:

- Sistema Estadual de Educação e regime de colaboração.
Metas 1 a 5 – ampliação e democratização do acesso.
Meta 16 – formação
Meta 17 – Valorização profissional
Meta 18 – carreira
Meta 19 – gestão democrática
Meta 20 – financiamento
Meta 21 – formação dos funcionários

XVI. Contra o golpe, em defesa da democracia, pelo direito do ex-Presidente Lula ser candidato.

- Dinamizar as atividades dos comitês em cada subseção em articulação com demais entidades e movimentos da região.
- Criar comitês nas cidades e nas escolas.
- Participar das mobilizações locais, regionais, estaduais e nacionais.
- Participar de acampamento e outras iniciativas contra a prisão do ex-Presidente Lula.